

## Estudo dos Relatórios de Sustentabilidade GRI de Empresas Brasileiras

### Study of Brazilian GRI Sustainability Reports

Joana Duarte Madalena<sup>1</sup>, Suliani Rover<sup>2</sup> e Denize Minatti Ferreira<sup>3</sup> Luiz Felipe Ferreira<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Joana Duarte Madalena, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

<sup>2</sup>Suliani Rover, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

<sup>3</sup>Denize Minatti Ferreira, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

<sup>4</sup>Luiz Felipe Ferreira, Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

### Resumo

*A presente pesquisa tem como objetivo analisar a divulgação das informações socioambientais dos relatórios de sustentabilidade em 2013 das empresas brasileiras consideradas de nível de aplicação A+ G3 pelo Global Reporting Initiative (GRI) e avaliar se estão de acordo com o modelo proposto. A metodologia utilizada é descritiva, pontuando os indicadores divulgados, com abordagem quantitativa para que haja comparabilidade entre os relatórios, tanto de 2013 quanto de estudos anteriores. As fontes de dados coletadas foram secundárias e o instrumento de coleta utilizado foi o Relatório de Sustentabilidade GRI divulgado pelas empresas, através deste verificou-se o total de Indicadores de Desempenho, por aspecto e categorias (essencial e complementar). Para selecionar as empresas utilizou-se o Índice de Sustentabilidade Empresarial como universo, e dele foram extraídas as empresas que utilizam o modelo GRI G3A+. Os resultados evidenciaram que seis das nove empresas que divulgam o relatório G3 A+ o fizeram de acordo com o proposto pela GRI. Entretanto, nem todas as empresas divulgaram todos os indicadores sugeridos pelo modelo. Esses resultados, quando comparados com pesquisas anteriores, demonstraram que houve uma melhoria na divulgação da informação contida nos relatórios de sustentabilidade.*

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Evidenciação, Global Reporting Initiative (GRI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

### Abstract

*This research aimed to analyze and evaluate compliance of social and environmental information disclosed in sustainability reports in 2013 by Brazilian companies in the G3 A+ application level of the Global Reporting Initiative (GRI) organization. The methods approach was descriptive, utilizing performance indicators collected from the reports. GRI classifies performance indicators in aspects and then further into categories, which were used as score in order to compare results between reports. The firms were selected by utilizing the Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE (Corporate Sustainability Index) from BM&F Bovespa, which served as a filter for good business practices. Results show that, considering G3 A+ model, six out of nine companies disclosed according to what was proposed by GRI. Thus, three out of nine firms did not disclose the indicators suggested by the model. These results, when compared with previous research, shows that there was an improvement in the amount of disclosure contained in sustainability reports.*

**Keywords:** Sustainability, Disclosure, Global Reporting Initiative (GRI), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

## 1 Introdução

O progressivo acesso à informação aproximou investidores, empresas e sociedade; paralelamente, a conscientização ambiental aumentou com o processo de globalização. Por consequência os investidores vêm optando por empresas com práticas sustentáveis, que tendem a apresentar, no longo prazo, retornos financeiros superiores às demais (GRECCO, 2013). Surge então, a necessidade de divulgar informações relevantes ao impacto social, ambiental e econômico das empresas.

No cenário internacional a evidenciação ambiental, ou *disclosure* ambiental, está incorporada em várias regulamentações e estabelecida por organismos respeitáveis, a exemplo do Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade – *International Accounting Standards Board* (IASB), cujo objetivo é criar normas globalmente aceitas com base nos princípios contábeis e do *International Standards of Accounting and Reporting* (ISAR), que orienta os países em desenvolvimento e economias em transição para implementar práticas de transparência corporativa e contábil a fim de facilitar os fluxos de investimento e desenvolvimento econômico (ISAR, 2014).

Nos Estados Unidos existem duas grandes organizações que têm como objetivo emitir normas e regulamentos sobre o assunto: *Securities and Exchange Commission* (SEC), órgão governamental que protege investidores e mantém o mercado competitivo e eficiente; e *Financial Accounting Standards Board* (FASB), que procura estabelecer e melhorar os padrões da contabilidade financeira e suas divulgações através de demonstrativos de entidades não governamentais, fornecendo informações aos investidores e outros usuários de relatórios financeiros.

Já no Brasil a evidenciação ambiental não é obrigatória por lei, todavia normas existem sob os âmbitos do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em sua Resolução 1.003/04, e o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), em sua Norma de Procedimento de Auditoria (NPA) Ambiental 11, de 1996, onde estabelecem sugestões de evidenciação ambiental.

Dentro deste contexto o *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização presente mundialmente, que busca estabelecer padrões de relatórios para uma melhor evidenciação das áreas social, ambiental e econômica; estes por sua vez, compõem o tripé da sustentabilidade (*Triple Bottom Line*), permitindo identificar, mensurar e divulgar dados sobre as ações que estão sendo desenvolvidas pelas organizações (CHRISTOFI; CHRISTOFI; SISAYE, 2012).

A publicação voluntária dos Relatórios de Sustentabilidade (RS) pode trazer benefícios às empresas, como a redução do custo de capital, o aumento da liquidez das ações e a criação de uma imagem ambientalmente correta (ROVER *et al.*, 2008).

Assim, Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), analisaram os RS das empresas Brasileiras A+ do *Global Reporting Initiative* em 2007, com o objetivo de avaliar o nível de evidenciação das informações socioambientais dos relatórios. Tal pesquisa revelou que existem várias falhas quanto à extensão e qualidade do atendimento às recomendações da GRI.

Passados alguns anos desde a publicação do artigo de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), e considerando que houveram atualizações nas diretrizes GRI, pergunta-se: Como está o nível de evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade de 2013 de empresas brasileiras?

O presente artigo objetiva analisar as informações socioambientais dos RS em 2013 das empresas consideradas com nível de aplicação G3 A+ pelo *Global Reporting Initiative* no mercado brasileiro.

Este estudo está organizado em cinco partes, iniciando com esta introdução. Na sequência, apresenta-se o referencial teórico discorrendo sobre a evidenciação socioambiental e *Global Reporting Initiative* (GRI). Na terceira parte, apresenta-se a metodologia utilizada e, em seguida, a descrição e análise dos resultados com o intuito de mostrar se houve melhoria na divulgação socioambiental. Por fim, na última parte, destacam-se as considerações finais do trabalho.

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Evidenciação ambiental

De acordo com Christofi, Christofi e Sisaye (2012) a preocupação com a conservação ambiental teve início entre os anos 50 e 60 quando a industrialização teve forte incentivo governamental. Mas seu conceito foi popularizado somente por Brundtland (1989), primeira ministra da Noruega, que durante o Fórum sobre Mudança Global e Nosso Futuro Comum – *Forum on Global Change and Our Common Future*, discursou sobre as implicações ambientais de políticas públicas. Dentre outros avanços políticos, cabe ressaltar, a conferência sobre meio ambiente, ECO-92 no Rio de Janeiro, 1992, que criou metas ambientais presentes até os dias de hoje, que vêm sendo atualizadas.

No Brasil algumas empresas divulgam voluntariamente os RS. Em um estudo realizado por Rover *et al.* (2012) sobre as razões que levam ao *disclosure* voluntário é destacada a teoria positiva da contabilidade. Esta teoria diz respeito aos determinantes de padrões contábeis, os quais as empresas tendem a adotar, principalmente, os que resultam em maior valor das ações ou bônus de desempenho (WATTS; ZIMMERMAN, 1978).

Nakabiito e Udechukwu (2008) procuraram fatores que influenciam o grau de evidenciação nos RS, destacando, entre outras, a teoria da legitimidade. Essa segunda teoria, de Shocker e Sethi (1973), afirmam que como o acesso aos recursos financeiros não é um direito das empresas e como existe uma preocupação crescente com a sustentabilidade, as mesmas procuram convencê-los evidenciando que as informações divulgadas são legítimas.

Em um comparativo das evidenciações ambientais através da contabilidade, Lindstaed e Ott (2009) realizaram um estudo entre as normas norte americanas e brasileiras com relação às normas internacionais (ISAR/UNCTAD, 2014). Demonstraram que as normas americanas estão preocupadas em divulgar informações financeiras, com foco na proteção ao investidor, sem maiores detalhes em relação às questões socioambientais; já as brasileiras, apresentaram um nível de detalhamento muito inferior ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD (2014). Sabe-se, portanto, que no quesito normativo, ambas as normas americanas e brasileiras necessitam de aperfeiçoamentos para melhor evidenciar os impactos socioambientais.

Rover *et al.* (2012) propuseram identificar os fatores que determinam a divulgação voluntária ambiental por empresas brasileiras potencialmente poluidoras. Seu trabalho constatou que alguns fatores são relevantes para caracterizar que empresas estão publicando relatórios confiáveis, tais como o tamanho da empresa, a existência ou não de auditoria, sustentabilidade e publicação. O RS é relevante para determinar se a empresa divulga, ou não, voluntariamente informações ambientais, considerando um nível de 5% de significância estatística. A pesquisa destaca o fato de que as maiores empresas, as que possuem mais recursos, são as que melhor evidenciam tais informações voluntárias.

Em outra abordagem, Costa e Menichini (2013), utilizaram uma abordagem multidimensional para avaliar o *disclosure* socioambiental, pela percepção dos *stakeholders*, através da lógica *fuzzy* (lógica difusa). Esse estudo concluiu que a percepção do *stakeholders* sobre os RS é um fator determinante no retorno que as empresas obtêm por divulgarem informações socioambientais, propondo utilizar os indicadores das diretrizes GRI como método de divulgação.

Corrêa *et al.* (2012), em um dos estudos mais recentes sobre o evolutivo dos níveis de aplicação de RS, demonstraram que, ao decorrer os anos, as empresas pesquisadas aumentaram seu nível de divulgação através dos dados autodeclarados da GRI. Legitimando o GRI como um dos modelos mais utilizados, onde 30 de 45 empresas em 2010 do Índice de Sustentabilidade (ISE) BM&FBovespa utilizaram as diretrizes GRI para divulgar seus RS.

Roca e Searcy (2012) analisaram os indicadores divulgados nos RS Canadenses de empresas daquele país relativos a 2008. Os resultados corroboram o estudo de Corrêa *et al.* (2012), mostrando os indicadores propostos pelo GRI como os mais utilizados.

Já Freundlieb e Teuteberg (2013) em análise qualitativa e quantitativa dos relatórios de empresas dos Estados Unidos, Alemanha e Europa estudaram diferenças ao longo do tempo, com intuito de descobrir se há mau uso do *disclosure* socioambiental como maquiagem verde. A pesquisa conclui que as empresas tendem a escolher quais informações divulgam, mesmo enquanto atendendo às diretrizes da GRI. Apesar de verificar que a maioria das empresas estudadas utilizou opinião de departamentos de relações públicas ou exteriores, ao invés dos departamentos ambientais – o que contribui com as

críticas de que os relatórios utilizam estratégias de maquiagem verde, verificaram, porém que a tendência é que haja um equilíbrio para a divulgação socioambiental.

O estudo de Hahn e Lülfs (2014) aborda a qualidade do *disclosure*. Os autores buscaram identificar maneiras de legitimar os aspectos negativos. Usando uma análise qualitativa dos relatórios que atendem às diretrizes GRI, foram identificadas seis estratégias utilizadas para negociar os aspectos negativos com o objetivo de demonstrar que é possível equilibrar os relatórios com informações positivas e negativas. As estratégias identificadas foram: marginalização, abstração, fatos indicadores, racionalização, autorização, e ações corretivas. Na opinião deles as diretrizes GRI são vagas no que diz respeito aos impactos negativos, deixando espaço para interpretações. Assim, sugerem que ser transparente nem sempre é o suficiente, existe a necessidade de mostrar quais ações que geraram o impacto negativo, identificar a urgência em achar uma solução e, finalmente, as consequências devem ser explicadas e demonstradas por ações concretas. De acordo com o estudo, essas informações são necessárias para que a divulgação de informações negativas se torne “holística”, ou completa, para o usuário externo, *stakeholder*, que por sua vez teria mais informação para tomar suas decisões.

Pela importância que se tem dado à transparência e divulgação das informações contábeis, diversos autores vêm direcionando seus estudos nesta temática. Como exemplo Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) analisaram o nível de evidenciação das informações socioambientais dos RS em 2007 das empresas consideradas com nível de aplicação A+ pelo *Global Reporting Initiative*. Os resultados encontrados revelam que as empresas não atenderam aos níveis de evidenciação proposto pelas diretrizes, ou seja, divulgaram o relatório com informações abaixo do ideal.

Portanto, no campo teórico empírico, percebe-se que o GRI está consolidado mundialmente como instrumento de evidenciação e de que e que é uma ferramenta capaz de suprir as necessidades mercadológicas, mas existe necessidade de melhoramento da evidenciação socioambiental.

## 2.2 Global Reporting Initiative (GRI)

Fundada em 1997, a *Global Reporting Initiative* surgiu para criar um mecanismo de *accountability*, termo amplo que significa responsabilização ou demonstrar responsabilidade para com seus colaboradores, que garantisse com que as empresas seguissem uma conduta ambiental responsável (GRI, 2014). Atualmente a GRI possui sede em Amsterdam, Holanda, e conta com secretarias regionais no continente Africano, China, América do Norte, Oceania, América Latina, Sul e Sudeste da Ásia. De acordo com seu site institucional (GRI, 2014), possui 8451 empresas e organizações pertencentes ao perfil e 21.121 relatórios publicados nos diversos modelos GRI.

A organização tem como objetivo principal desenvolver e disseminar diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade, inclusive segregando as diretrizes para setores específicos. Para tanto, vem desenvolvendo padrões que promovam a fácil comparabilidade, dando maior credibilidade às diretrizes (GRI, 2014). Possui parcerias estratégicas com organizações de grande porte, como a *Organization for Economic Co-operation and Development (OECD)*, *United Nations Environment Programme (UNEP)*, *United Nations Global Compact (UN Global Compact)* e *International Organization for Standardization (ISO)*.

De acordo com suas diretrizes GRI G3 (2014), os relatórios devem conter indicadores essenciais do desempenho e indicadores complementares. Sendo que, os indicadores essenciais proporcionam comparabilidade e os complementares práticas relevantes. Além de serem divididos entre essencial e complementar, os indicadores também estão divididos em categorias, tornando a informação mais acessível. Na Tabela 1, pode-se observar as quantidades de indicadores por categoria de acordo com as Diretrizes G3 da GRI.

Conforme as normas GRI G3 a empresa deve declarar o nível de aplicação da estrutura de Relatórios da GRI. O nível de aplicação é um sistema de critérios que visa atender as necessidades de relatores iniciantes, intermediários e avançados, C, B e A respectivamente. Ter um parecer externo de conformidade do relatório, ou solicitar à GRI que examine o mesmo, garante à empresa um nível a mais (+): C se torna C+; B se torna B+; e A se torna A+ (Figura 1).

Tabela 1 – Quantidade de indicadores de desempenho por categoria (Diretrizes G3)

Indicador de Desempenho	Essencial	Complementar	Total
Econômico	7	2	9
Ambiental	17	13	30
Práticas Laborais	9	5	14
Direitos Humanos	6	3	9
Sociedade	6	2	8
Responsabilidade com Produto	4	5	9
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>79</b>

Fonte: Diretrizes G3 (2014).

Critérios para os Níveis de Aplicação							
Relatório Níveis de aplicação		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	<div>Perfil da G3</div> <div>RESULTADO</div>	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.	Com Verificação Externa	Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.	Com Verificação Externa	O mesmo exigido para o nível B	Com Verificação Externa
	<div>Informações sobre a Forma de Gestão da G3</div> <div>RESULTADO</div>	Não exigido		Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador		Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	
	<div>Indicadores de Desempenho da G3 &amp; Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial</div> <div>RESULTADO</div>	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	
*Suplemento Setorial em sua versão final							

Figura 1 – Critérios para os Níveis de Aplicação

Fonte: Níveis de Aplicação da GRI (2014)

Em 2013, a GRI lançou novas diretrizes, G4, mudando a divulgação de níveis de aplicação de “C, B e A” para “essencial e abrangente”. O objetivo das diretrizes G4 é auxiliar os relatores a elaborar RS relevantes, assim como tornar o processo de divulgação sobre questões de sustentabilidade uma prática padrão entre as entidades (GRI, 2013).

### 3 Metodologia

Para atender ao objetivo desse artigo as fontes de dados coletadas foram secundárias e o instrumento de coleta utilizado foi o RS de 2013 divulgado pelas empresas de capital aberto pertencentes ao nível A+ de evidenciação da versão G3 da GRI. A metodologia aplicada é descritiva com uma abordagem quantitativa. A coleta de dados foi feita através de pesquisa documental por meio de análise de conteúdo. O critério de escolha das empresas para composição da amostra foi embasado na listagem de empresas pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).

O presente trabalho propõe analisar os RS do ano de 2013 publicados de acordo com a versão G3 da GRI, não incluindo versões anteriores ou posteriores, como a atual G4. Assim, é possível comparar com estudos anteriores. Além disso, como critério de escolha da amostra optou-se por utilizar a listagem do ISE da BM&FBovespa.

A pesquisa e coleta inicial dos relatórios resultou no Quadro 1, que demonstra todas as empresas pertencentes ao ISE, carteira 2012 – 2013, de acordo com o modelo escolhido para divulgação das informações, assim, estabelecendo o universo.

Quadro 1 – Modelo de divulgação do Relatório de Sustentabilidade das empresas pertencentes ao ISE

Empresa	Modelo de Divulgação	Empresa	Modelo de Divulgação
AES Tietê	G3 B+	Fibria	G4 Abrangente
Banco do Brasil	G4 Abrangente	Gerdau	Não especificou
BicBanco	G3 B+	Itaú-Unibanco	G4 Essencial
Bradesco	G4	Itausa	G4 Abrangente
Braskem	G4	Light	G4 Abrangente
BRF	G4	MET Gerdau	Não especificou
CCR	G3 A+	Natura	G4 Abrangente
Cemig	G3 A+	OI	G3 B
Cesp	G3 B+	Sabesp	G3 B
Coelce	G3 A+	Santander	G3 A+
Copasa	G3 B+	SulAmerica	G3 A+
Copel	G4 Essencial	Suzano	G4
CPFL	G4	Telefonica	G3 A+
Duratex	G4	TIM	G3 B+
Ecorodovias	G3 A+	Tractebel	G4 Abrangente
EDP	G3 A+	Ultrapar	Não especificou
Eletrobras	G3 B+	Vale	G3 A+
Eletropaulo	G3 B+	WEG	G3 B
Even	G4	<b>Total de Empresas</b>	<b>37</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

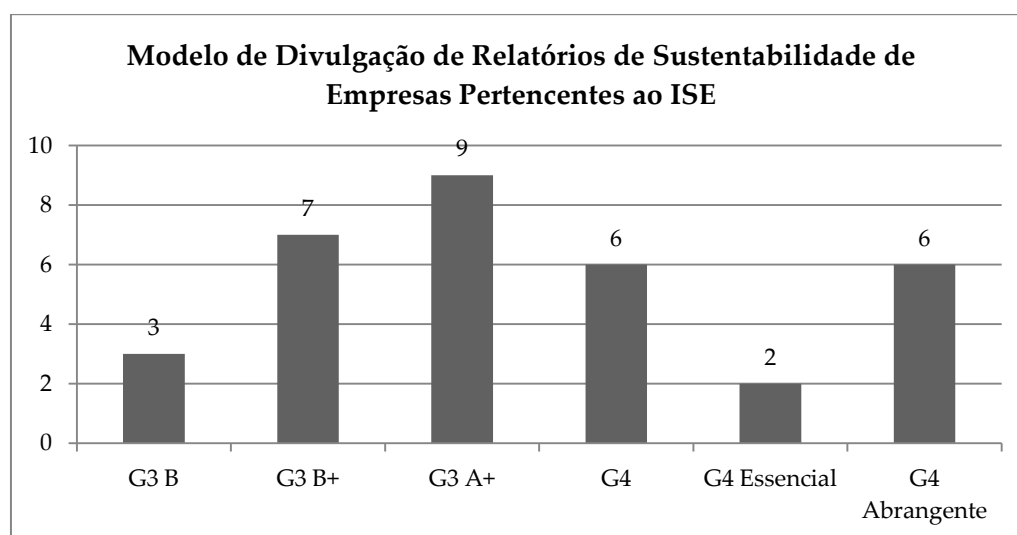


Figura 2 – Modelo de divulgação de Relatórios de Sustentabilidade de empresas pertencentes ao ISE

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

O universo da pesquisa é composto por empresas brasileiras, pertencentes ao ISE, totalizando 37. Das quais, 15 divulgam o RS pelas diretrizes G4 da GRI e 19 pelas diretrizes G3 (Figura 2). Até a etapa

de análise dos dados deste artigo não foi possível identificar qual o modelo de divulgação do RS utilizado pelas 3 últimas empresas do universo: Gerdau, Metalúrgica Gerdau e Ultrapar.

Para uma melhor visualização do alcance do modelo GRI, a Figura 2 quantifica os modelos de divulgação descritos no Quadro 1 referente ao universo da pesquisa. Analisando o universo da pesquisa verifica-se que entre as empresas que publicaram o RS a maioria utilizou as diretrizes G3 ou G4. Das empresas que divulgam G3 nenhuma optou por divulgar através dos níveis C, C+ e A. Além disso, nota-se que das empresas que optaram pela G3 escolheram um nível de divulgação. Já entre as empresas que optaram pela G4, seis não divulgaram explicitamente qual o nível de adequação.

Dentro deste universo, são 19 as empresas que utilizaram como modelo de divulgação GRI G3, das quais apenas 9 declaram nível de evidênciação A+. Portanto, a amostra contempla as empresas: CCR, Cemig, Cesp, Ecorodovias, EDP, Santander, SulAmerica, Telefonica e Vale.

### 3.1 Delimitações da Pesquisa

Como verificado, nem todas as empresas publicam, explicitamente, que adotam as diretrizes GRI em seus relatórios, o que dificultou a identificação das empresas a serem analisadas, a exemplo do Grupo Gerdau e Ultrapar. Há, também, um número reduzido de empresas que estão no nível de divulgação A+, apesar desse número estar crescendo, como evidenciado por Corrêa *et al.* (2012) que constataram que houve uma evolução significativa na adoção ao modelo GRI pelas empresas nos três níveis (mundo, Brasil e Índice de Sustentabilidade Empresarial) entre os anos de 1999 e 2010.

Nesta pesquisa foi avaliada somente a terceira parte, que trata dos Indicadores de Desempenho descritos na Tabela 1, que estabelece o modelo sugerido pelo qual as empresas deveriam realizar a divulgação. A análise foi feita sobre os dados coletados, que devem estar conforme o sugerido do Quadro 2, estabelecido pelas diretrizes do GRI. O relatório está subdividido em três partes: (i) Perfil da Organização, (ii) Abordagem de Gestão e (iii) Indicadores de Desempenho.

Quadro 2 – Conteúdo dos relatórios GRI

Conteúdo dos relatórios GRI	
Perfil da empresa	
Abordagens da Gestão	
Indicadores de Desempenho	<b>Quantidade</b>
(EC) Desempenho Econômico	9
(EN) Desempenho Ambiental	30
(LA) Práticas Laborais e Trabalho Condigno	14
(HR) Direitos Humanos	9
(SO) Sociedade	8
(PR) Responsabilidade pelo Produto	9
<b>Total</b>	<b>79</b>

Fonte: Adaptado de Diretrizes G3 (2014)

Ainda como delimitação, ao contrário da pesquisa de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), avaliou-se apenas se a quantidade de indicadores evidenciados que estão de acordo com o sugerido, não entrando no detalhe de sua qualidade. O universo da pesquisa também é diferente dos autores, uma vez que não foi possível encontrar no sítio eletrônico da GRI a lista das empresas que utilizaram seu modelo para evidênciação. Optou-se, então, por utilizar a lista das empresas pertencentes ao ISE como delimitador.

## 4 Descrição e análise dos resultados

Por meio de análise descritiva verificou-se o total de Indicadores de Desempenho, por categorias (essencial e complementar), no RS de cada empresa. Por tanto, os indicadores de desempenho foram quantificados e segregados por empresa, categoria (Econômico, Ambiental, Práticas Laborais, Direitos Humanos, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto) e se é essencial ou complementar. Para uma melhor visualização, a Figura 3 demonstra a quantidade de indicadores sugeridos nas Categorias, divididas em Essencial e Complementar.

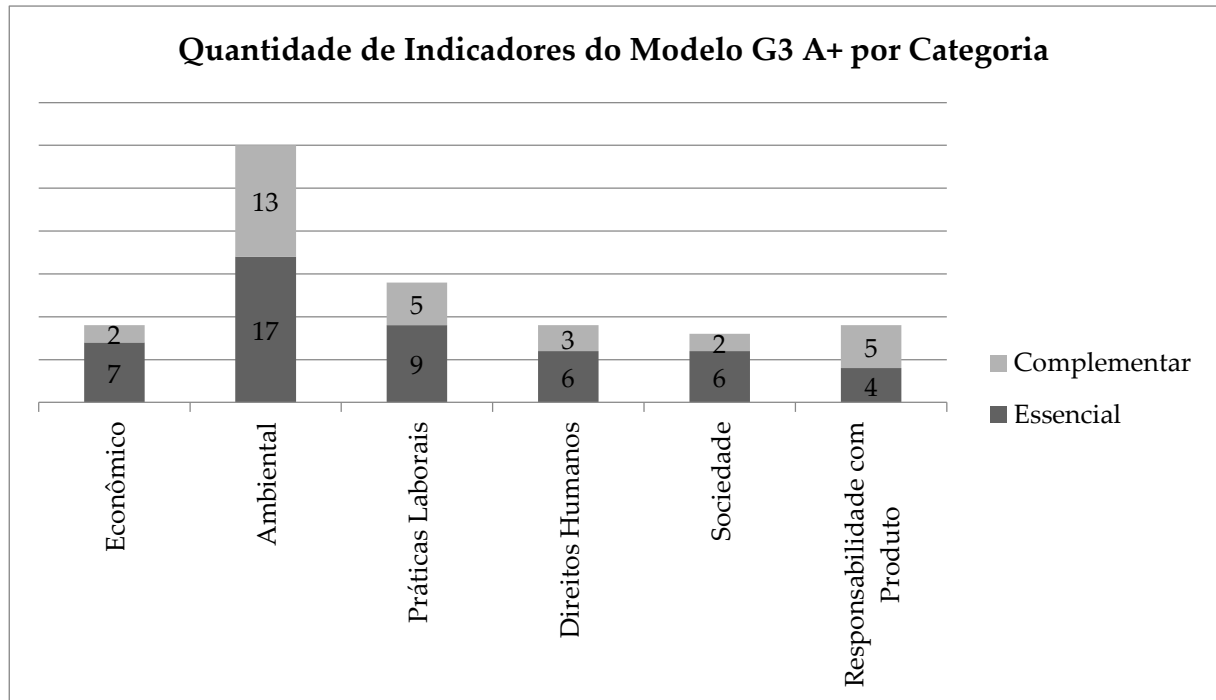


Figura 3 – Quantidade de Indicadores do Modelo G3 A+ por Categoria

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Nota-se que o modelo sugere uma quantidade consideravelmente maior dos indicadores Ambientais (30) em relação aos outros indicadores, Econômico (9), Práticas Laborais (14), Direitos Humanos (9), Sociedade (7), Responsabilidade com o Produto (9), totalizando 79. Além disso, na maioria dos casos, os indicadores essenciais são em maior quantidade em relação aos indicadores complementares, com exceção do indicador de Responsabilidade com o Produto, 4 essenciais e 5 complementares.

#### 4.1 Análise Quantitativa

Através da coleta dos dados quantificou-se o número de indicadores divulgados por empresa e categoria. Em seguida foram calculados média e desvio padrão das categorias para que os indicadores pudessem ser analisados. Destacados em cinza escuro estão o número de indicadores sugeridos pelo modelo para cada categoria, em cinza claro estão as empresas que atenderam à todas categorias e a única categoria que foi atendida por todas as empresas.

A Tabela 2 demonstra que 6 empresas estão de acordo com o modelo sugerido pelas diretrizes G3 da GRI, por divulgarem todos os indicadores essenciais de cada categoria, são elas: Cemig, Cesp, EDP, Santander, Telefonica e Vale (destacadas em cinza). Ainda na mesma tabela é possível notar que algumas empresas não evidenciaram de acordo com o modelo sugerido. Ressalta-se que a empresa CCR, em seu relatório, menciona utilizar as diretrizes G3 A+ da GRI, porém não informa os Indicadores de Desempenho no documento, logo, não foi utilizada para os cálculos de média e desvio padrão, realizados na Tabela 2.



As empresas Cemig, Cesp, EDP, Santander, Telefonica e Vale, 6 das 9 empresas estudadas (66,67%) apresentaram todos os Indicadores de Desempenho na categoria essencial (49) sugeridos. Por outro lado, 3 das 9 empresas (33,33%) não divulgaram a quantidade de indicadores sugeridos, são elas: CCR (0), Ecorodovias (38), SulAmerica (36). Esses dados demonstram uma melhora em relação ao estudo anterior de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), onde nenhuma empresa havia evidenciado de acordo com o sugerido.

Tabela 2 – Quantificação dos indicadores evidenciados

Indicadores de Desempenho	CCR	Cemig	Cesp	Ecorodovias	EDP	Santander	SulAmerica	Telefonica	Vale	Modelo Sugerido	Média	Desvio Padrão
Econômico	0	7	7	6	7	7	2	7	7	7	6,25	1,64
Ambiental	0	17	17	10	17	17	14	17	17	17	15,75	2,38
Práticas Laborais	0	9	9	9	9	9	8	9	9	9	8,88	0,33
Direitos Humanos	0	6	6	4	6	6	6	6	6	6	5,75	0,66
Sociedade	0	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00	0,00
Resp. com Produto	0	4	4	3	4	4	0	4	4	4	3,38	1,32
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>38</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>36</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>40,89</b>	<b>15,27</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Em uma análise quantitativa, nota-se que a média de indicadores divulgados foi 40,89 indicadores, sendo que o modelo exige 49, sendo que o desvio padrão é de 15,27. É possível destacar que os Indicadores de Desempenho Social referente à Sociedade (6) tiveram a melhor evidenciação por parte das empresas estudadas pois as empresas divulgaram todos os indicadores essenciais, sua média ficou em 6 dos 6 sugeridos e desvio padrão 0. As médias que mais se aproximam ao modelo sugerido são dos Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais (média 8,88 de 9) e Direitos Humanos (média 5,75 de 6), considerando 0,33 e 0,66, respectivamente de desvio padrão do modelo sugerido.

#### 4.2 Análise Qualitativa

Com o intuito de entender melhor o que está sendo divulgado e considerando que um terço das empresas não atenderam ao modelo sugerido, será analisada cada categoria em essencial e complementar, bem como os indicadores que não foram divulgados.

Na Tabela 3, em destaque estão as empresas que atenderam ao modelo sugerido da G3 A+: Cemig, Cesp, EDP, Santander, Telefonica e Vale. Optou-se por excluir da tabela a empresa CCR, pois não evidenciou nenhum indicador.

Na modalidade essencial, nota-se que, dentre todas as categorias, a única que foi atendida por todas as empresas foi “Sociedade”, lembrando que para essa análise foi excluída a empresa CCR. No que diz respeito a modalidade complementar, que não são determinantes de conformidade ao modelo GRI G3 A+, apenas a empresa Santander não divulgou nenhum dos indicadores complementares. Nenhum dos indicadores foram atendidos completamente nas modalidades essencial em conjunto com o complementar.

Tabela 3 – Quantidade de Indicadores Evidenciados por Empresa

Indicador de Desempenho		Modelo Sugerido	Cemig	Cesp	Ecorodovias	EDP	Santander	SulAmerica	Telefonica	Vale
Econômico	Essencial	7	7	7	6	7	7	2	7	7
	Complementar	2	2	2	2	2	0	0	2	2
Ambiental	Essencial	17	17	17	10	17	17	14	17	17
	Complementar	13	13	13	6	13	0	6	13	13
Práticas Laborais	Essencial	9	9	9	9	9	9	8	9	9
	Complementar	5	5	5	4	5	0	5	5	5
Direitos Humanos	Essencial	6	6	6	4	6	6	6	6	6
	Complementar	3	3	3	3	3	0	1	3	3
Sociedade	Essencial	6	6	6	6	6	6	6	6	6
	Complementar	2	2	2	2	2	0	0	2	2
Responsabilidade com Produto	Essencial	4	4	4	3	4	4	0	4	4
	Complementar	5	5	5	3	5	0	2	5	5
<b>Total</b>	<b>Essencial</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>38</b>	<b>49</b>	<b>49</b>	<b>36</b>	<b>49</b>	<b>49</b>
	<b>Complementar</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>30</b>	<b>20</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>30</b>	<b>30</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2015)

Em sequência, apresenta-se a análise qualitativa por categoria.

#### 4.2.1 Categoria Desempenho Econômico

Nos resultados da coleta para a categoria Desempenho Econômico (Tabela 3), nota-se que três das nove empresas – CCR, Ecorodovias e SulAmerica, não evidenciaram os indicadores essenciais e as empresas CCR, Santander e SulAmerica não divulgaram os dois indicadores complementares sugeridos.

Dentre os indicadores não evidenciados, a empresa Ecorodovias não evidenciou o indicador essencial “Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes (EC7)” e a Santander não evidenciou dois indicadores complementares. Já a SulAmerica evidenciou apenas dois dos sete indicadores essenciais e nenhum complementar.

#### 4.2.2 Categoria Desempenho Ambiental

No que diz respeito aos Indicadores de Desempenho Ambiental (Tabela 3), considerando o modelo de 17 indicadores essenciais e 13 complementares, as empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo. Cinco das nove empresas divulgaram todos os indicadores complementares. As empresas CCR, Ecorodovias, Santander e SulAmerica optaram por não divulgar ou divulgar apenas alguns.

Ressalta-se que a categoria Desempenho Ambiental possui maior número de indicadores pois revelam aspectos como: materiais; energia; água; biodiversidade; emissões, efluentes e resíduos;

produtos e serviços; transporte; geral. Como exemplo cita-se o indicador do aspecto energia “Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária (EN3)”.

Dentre as empresas que não estão de acordo com o modelo sugerido, a Ecorodovias 10/17 essenciais e 6/13 complementar, a Santander evidenciou todos os essenciais e nenhum complementar e, finalmente, a SulAmerica 14/17 essencial e 6/13 complementar. Como exemplo de indicadores não evidenciados por essas três últimas empresas podemos citar: Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água (EN7); Habitats protegidos ou restaurados (EN13); Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basiléia<sup>13</sup> – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente (EN24); e Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d’água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora (EN25).

#### 4.2.3 Categoria Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno

No que diz respeito aos Indicadores de Desempenho de Práticas Laborais e Trabalho Condigno devem ser divulgados 9 indicadores essenciais e 5 complementares (Tabela 3). Novamente, as empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo com o modelo. As empresas que não estão de acordo com o sugerido são, novamente, Ecorodovias, Santander e SulAmerica.

A empresa Ecorodovias não divulgou um indicador complementar “Programas para gestão de competências e aprendizagem continua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira (LA11)”. A Santander começa a mostrar um padrão de não divulgar os indicadores complementares, neste caso, nenhum foi divulgado. Já a empresa SulAmerica não divulgou um indicador essencial “Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves (LA8)”.

#### 4.2.4 Categoria Desempenho Social: Direitos Humanos

Os resultados da coleta para os Indicadores de Desempenho Social: Direitos Humanos mostram que estão de acordo com o padrão, onde devem ser divulgados 6 indicadores essenciais e 3 complementares (Tabela 3). As empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo.

Ecorodovias não divulgou dois indicadores essenciais: Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (HR1); e Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito (HR5). Novamente a Santander não divulgou nenhum dos indicadores complementares. A SulAmerica divulgou apenas um complementar, deixando de divulgar: Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações (HR8); e Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas (HR9).

#### 4.2.5 Categoria Desempenho Social Referente à Sociedade

A categoria de Desempenho Social referente à Sociedade (Tabela 3) teve divulgação completa na modalidade essencial por todas as empresas. Seu modelo sugere 6 indicadores essenciais e 2 complementares.

Da mesma forma que as categorias anteriores, as empresas Cemig, Cesp, Ecorodovias, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo. Novamente, as empresas CCR, Santander e SulAmerica, não divulgaram nenhum indicador complementar, são eles: Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país (SO6); e Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados (SO7).

#### 4.2.6 Categoria Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

Por último, os resultados da coleta a categoria Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto, cujo modelo sugere divulgar 4 indicadores essenciais e 5 complementares (Tabela 3). As empresas Cemig, Cesp, EDP, Telefonica e Vale estão de acordo.

A Ecorodovias divulgou 3 dos 4 indicadores essenciais, faltando o indicador Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências (PR3). Santander deixou de divulgar os cinco indicadores complementares sugeridos pelo modelo, dos quais três também não foram divulgados pela SulAmerica, são: Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado (PR2); Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado (PR4); e Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado (PR7). A SulAmerica não divulgou nenhum dos quatro indicadores essenciais e três dos cinco complementares, os indicadores essenciais não divulgados são: Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos (PR1); Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências (PR3); Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio (PR6); e Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços (PR9).

## 5 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a divulgação das informações socioambientais dos Relatórios de Sustentabilidade em 2013 das empresas brasileiras consideradas de nível de aplicação A+ G3 pelo *Global Reporting Initiative* (GRI) e avaliar se estão de acordo com o modelo proposto.

Os dados foram coletados com intuito de quantificar os indicadores de desempenho, enquanto essencial e complementar, e verificar se estão de acordo com o sugerido pelas diretrizes GRI. A amostra contemplou o modelo G3 A+ de empresas listadas na ISO – BM&F Bovespa. O processo de coleta dos indicadores se iniciou através da coleta dos RS, na maioria divulgados nos Relatórios Anuais e também disjunta de qualquer demonstração. A partir dos relatórios de cada empresa, foi identificado o modelo de divulgação escolhido pelas empresas. A análise se deu a partir do modelo sugerido em contrapartida ao que foi divulgado pelas empresas.

Em estudos anteriores, como de Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), os dados coletados demonstraram que nenhuma empresa seguiu o padrão GRI em 2007, ou seja, estavam abaixo do ideal sugerido. Já os dados coletados nessa pesquisa, demonstraram que 55,56% das empresas seguiu o padrão das diretrizes, considerando as categorias (essencial e complementar). Comparativamente, é possível notar que houve considerável melhoria, validando, assim, a assertiva de que ao decorrer os anos as empresas tendem a aumentar seu nível de divulgação através dos níveis autodeclarados da GRI (CORRÊA *et al.*, 2012).

Em comparação ao estudo feito anteriormente por Leite Filho, Prates e Guimarães (2009), onde os resultados mostraram que nenhuma empresa da amostra atendeu ao nível ideal de evidenciação, pode-se dizer que houve uma melhora nos resultados. Esse estudo anterior possuía uma amostra de seis empresas (Natura, Petrobras, Bunge, Banco Real, Bradesco e Itaú). Já em 2013 foi identificamos que aumentou para nove (CCR, Cemig, Cesp, Ecorodovias, EDP, Santander, SulAmerica, Telefonica e Vale), houve um aumento de 150%. Sabe-se também que nenhuma das seis empresas do estudo anterior evidenciou todos os indicadores essenciais para cumprir com as obrigações do GRI G3 A+, assim como não apresentou a totalidade dos complementares, que não são obrigatórios. Em 2013 seis

das nove empresas evidenciaram todos os indicadores essenciais, aumentando de 0% para 66,67%, e cinco das nove evidenciaram todos os essenciais e os complementares, representando 55,56%.

Esse trabalho permite identificar uma melhoria na divulgação socioambiental. Uma vez que os impactos relacionados ao assunto vêm sendo cada vez mais escrutinados, na medida que a informação é difundida e seu entendimento é maior entre a população. Essa conscientização tem importante papel nas empresas, pois exerce pressão para que elas estejam de acordo com as mudanças do mercado acionário.

Uma das limitações dessa pesquisa é o número reduzido da amostra, que não permite uma análise estatística mais representativa. Como recomendação para futuros estudos, sugere-se verificar empresas internacionais, permitindo assim, um estudo estatístico da amostra. Outra sugestão seria estudar os relatórios de sustentabilidade setoriais, também oferecidos pela GRI, de mercados com alto impacto no meio ambiente ou social.

## Referências

- Brundtland, G. H. Global change and our common future. *Environment*. 1989;31(5):16.
- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução Nº 1.003/04 – NBC T 15. [cited 2014 nov 08]. Available from: <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2004/001003](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003)>.
- Christofi, A.; Christofi, P.; Sisaye, S. Corporate sustainability: historical development and reporting practices. *Management Research Review*. 2012;35(2):157–172.
- Corrêa, R.; Souza, M. T. de S.; Ribeiro, H. C. M.; Ruiz, M. S. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*. 2012;7(2).
- Costa, R.; Menichini, T. A multidimensional approach for CSR assessment: The importance of the stakeholder perception. *Expert Systems with Applications*. 2013;40(1):150–161.
- Freundlieb, M.; Teuteberg, F. Corporate social responsibility reporting-a transnational analysis of online corporate social responsibility reports by market-listed companies: contents and their evolution. *International Journal of Innovation and Sustainable Development*. 2013;7(1):1–26.
- Grecco, T. Por que investimentos sustentáveis? *Valor Econômico*, São Paulo. 03 set. 2013. [cited 2015 apr 10]. Available from: <http://www.valor.com.br/carreira/3256076/por-que-investimentos-sustentaveis#ixzz2dvy0a0e8>.
- Global Reporting Initiative. WHAT IS GRI?, [cited 2014 may 2014]. Available from: <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>>.
- Global Reporting Initiative. Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade. [cited 2014 nov 05]. Available from: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf>>.
- Global Reporting Initiative. G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade: Princípios para Relato e Conteúdos Padrão. 2013. [cited 2015 out 13]. Available from: <[database.globalreporting.org](http://database.globalreporting.org)>.
- Global Reporting Initiative. Sustainability Disclosure Database. [cited 2015 apr 10]. Available from: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/a-bmfbovespa/download/GRI-G4-Principios-para-Relato-e-Conteudos-Padrao.pdf>>.

- Hahn, R.; Lülfs, R. Legitimizing Negative Aspects in GRI-Oriented Sustainability Reporting: A Qualitative Analysis of Corporate Disclosure Strategies. *Journal of Business Ethics*. 2014;123(3): 401–420.
- Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil. NPA 11 - Balanço e Ecologia. [cited 2014 dez 08]. Available from: <<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detPublicacao.php?cod=124>>.
- International Standards of Accounting and Reporting. About International Standards of Accounting and Reporting (ISAR). [cited 2014 out 28]. Available from: <[http://unctad.org/en/pages/DIAE/ISAR/About-International-Standards-of-Accounting-and-Reporting-\(ISAR\).aspx](http://unctad.org/en/pages/DIAE/ISAR/About-International-Standards-of-Accounting-and-Reporting-(ISAR).aspx)>.
- Leite Filho, G. A.; Prates, L. A.; Guimarães, T. N. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano de 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 2009;3(7):43–59.
- Lindstaed, Â. R. de S.; Ott, E. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um Estudo Comparativo entre as Normas Internacionais (ISAR/UNCTAD), Norte Americanas e Brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*. 2009;18(4):11–35.
- Nakabiito, S.; Udechukwu, D. Factors influencing the degree of disclosure in sustainability reporting: A study of Swedish companies using the GRI reporting guidelines. Master Thesis - Department of Management and Engineering: Linköpings Universitet. 2008.
- Roca, L. C.; Searcy, C. An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, v. 20, n. 1, p. 103–118, jan. 2012.
- Rover, S.; Murcia, F. D.; Borba, J. A.; Vicente, E. F. R. Divulgação de informações ambientais nas demonstrações contábeis: um estudo exploratório sobre o disclosure das empresas brasileiras pertencentes a setores de alto impacto ambiental. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 2008;2(3):53–72.
- Rover, S.; Tomazzia, E. C.; Murcia, F. D.; Borba, J. A. Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando análise de regressão em painel. *Revista de Administração*. 2012;47(2):217–230.
- Watts, R. L.; Zimmerman, J. L. Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *Accounting Review*. 1978; 53(1):112.